

## 2018 – Encaminhado para publicação na Revista APASE

### Sociedade civil empresarial e a educação pública – qual democracia?<sup>1</sup>

Virgínia Fontes<sup>2</sup>

#### Introdução

Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer minha trajetória e inserção, pois talvez ajude a compreender o tipo de pesquisa que venho empreendendo. Sou historiadora, defendi em 1992 uma tese de doutorado sobre a “questão democrática” e as Ciências Sociais no Brasil, quando o país então reaprendia a convivência com uma institucionalidade republicana. Sou professora de instituições públicas universitárias há quase quarenta anos e, portanto, a problemática da educação integra a minha própria forma de ser, embora eu não seja uma pesquisadora dedicada explicitamente à temática da educação escolar.

Centrei meus objetivos de pesquisa em três ângulos, sempre desenvolvidos em conjunto: no primeiro, uma permanente reflexão sobre as questões teóricas, no terreno da Teoria e Filosofia da História, onde há inúmeras correntes de pensamento. Apesar de leitora contumaz de várias vertentes e autores, dediquei-me a fundo ao estudo das obras de Marx e de Antonio Gramsci. No segundo ângulo de pesquisa, procurei compreender as características contemporâneas do capitalismo. A minha geração experimentou mudanças muito significativas, acompanhadas de promessas amplamente divulgadas por entidades internacionais, governos e mídias de que, finalmente, a humanidade conheceria tempos de paz, de fim da fome no mundo, de prosperidade generalizada ou, senão isso, ao menos o fim da miséria e da fome. Apenas para exemplificar, essa foi a apresentação padrão da globalização, que reiteradamente asseverava abundância no mesmo compasso em que minguariam os Estados; novas promessas quando da queda do muro de Berlim e, na sequência, o desmoronamento da União Soviética. Enfim, asseveravam, acabaria a Guerra Fria, reinaria soberana a democracia e, com ela, a garantia do fim das classes sociais, do fim do trabalho, substituído por máquinas a cada dia mais ‘inteligentes’, do final das guerras. Ora, qualquer observação mesmo pouco refinada – e até mesmo distraída – desmentia as promessas no cotidiano dos povos. Estudar portanto o que significa – em escala internacional – o capitalismo contemporâneo não era uma opção, mas quase uma exigência para tentar compreender o mundo no qual vivemos. O terceiro ângulo de pesquisa foi a história contemporânea do Brasil, com ênfase sobre a temática da

<sup>1</sup> Texto base de apresentação realizada no XXII Encontro Estadual APASE (Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo), abril de 2018, e encaminhado para publicação ao Sindicato em julho de 2018.

<sup>2</sup> Professora da Pós-Graduação em História da UFF e da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Fiocruz. Docente da Escola Nacional Florestan Fernandes-MST.

democracia. Crescida sob uma ditadura madrasta, eu exercia na vida e na pesquisa a experiência da construção de uma prática rigorosa de investigação, ao mesmo tempo aprendendo a exigir direitos e a que seu exercício fosse igualitário. As lutas sociais fazem parte da democracia, integram-na de maneira íntima e o respeito às reivindicações e manifestações, assim como a garantia de igualdade perante a lei. Esse é o teor da tão proclamação ‘cidadania’, ou a generalização de direitos civis, políticos e sociais Marshall (1967). O pensamento liberal, originariamente anti-democrático, parecia modificar-se e apresentava-se como garantidor do Estado de direitos, levando muitos a supor a chegada enfim de uma vaga de garantia de tais direitos, como sugerira Marshall. Para diversos autores, a democracia ademais, envolveria o reconhecimento formal da existência das classes sociais, legitimando o conflito distributivo. No entanto, o que observamos nas décadas de 1990 e ao longo do século XXI foi uma constante criminalização das lutas populares, sempre e quando elas expressavam reclamos de igualdade, caracterizando o seu teor classista.

A quase totalidade da minha produção se encontra na junção desses três ângulos. Assim, ainda de forma introdutória, apresento algumas das conclusões subjacentes ao tema que nos ocupará. Em primeiro lugar, considerando que o capital é uma relação social, e não uma ‘coisa’ ou um ‘sujeito’, essa relação envolve pelo menos duas classes sociais: os que só detêm sua força de trabalho e precisam vendê-la para sobreviver; e os detentores das *condições sociais de produção* (meios de produção ou recursos capazes de implementar o funcionamento de meios de produção). Diante do argumento disseminado do ‘fim do trabalho’, averigüei o processo social através do qual se ‘produzem’ trabalhadores. Tornou-se evidente o crescimento de intensas expropriações, gerando massas formidáveis de seres sociais disponíveis no mercado precisando vender sua força de trabalho a diversos tipos de capitalistas, o que é condição fundamental para que possa ocorrer a extração de valor (o sobretrabalho sob a forma mais-valor, ou assalariado). O avanço de atividades de extração de valor não deve ser confundido com a transformação massiva da população num operariado fabril, mas com a produção social de massas crescentes de seres sociais ‘livres’, isto é, expropriados das condições que permitiriam a produção e reprodução autônomas de sua existência – caso das expropriações de camponeses e de pequenos trabalhadores rurais – e, mais recentemente, de supressão de direitos historicamente constituídos, cujo resultado é uma re-subordinação massiva de trabalhadores sem direitos. Há portanto enorme aumento numérico – nacional e internacional – das classes trabalhadoras, mas estão submetidos a formas de contratação díspares, do que resulta uma distância crescente entre o exercício do trabalho (que continua subordinado ao capital) e o emprego.<sup>3</sup> Em segundo lugar, as constantes releituras dos clássicos do pensamento brasileiro –

---

<sup>3</sup> FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. *Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx*, [S.l.], v. 5, n. 8, p. p. 45-67, jul. 2017. ISSN 2318-9657. Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>>.

Florestan Fernandes, René Dreifuss, Ruy Mauro Marini, Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho – assim como o acompanhamento de pesquisas recentes (e as minhas próprias) demonstraram que a questão crucial no Brasil não era a ausência ou a incompletude de capitalismo, uma vez que as relações sociais nacionais apontam para a disseminação rápida e profunda dessa forma de ser social. O problema reside centralmente na própria forma contemporânea do capitalismo, a qual denominei de capital-imperialismo<sup>4</sup>.

A aproximação entre essas pesquisas (voltadas para a questão democrática) com a problemática educacional ocorreu quando da constatação do crescimento do ativismo empresarial brasileiro a partir da década de 1990, exatamente quando se inaugurava a experiência democrática no país.

Este artigo pretende apresentar a maneira pela qual o empresariamento, através de entidades sem fins lucrativos, vem corroendo tanto a noção de democracia quanto suas práticas, em especial na educação escolar pública.

### **Sobre a Educação – um copo meio vazio**

Na Constituição de 1988, no Art. 205, afirmava-se o direito à educação para todos. Seus 30 anos de existência não foram capazes de assegurá-lo, entretanto. Prossegue asseverando não apenas o direito de todos, mas também a “*igualdade de condições* para o acesso e permanência na escola; *liberdade* de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; *pluralismo* de idéias de concepções pedagógicas” (todos os grifos são meus, VF). Se essas promessas não foram cumpridas, ou estão incipientes ou ameaçadas, outras parecem ter sido seguidas à risca, como a “coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”, ou aquela prevista no Art. 213, “Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei”. Tampouco houve atrasos, recuos ou derrogações – ao contrário, houve ampliação – do sugerido no Art. 150: “Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, *é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: (...) c) patrimônio, renda ou serviços (...) das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos*, atendidos os requisitos da lei”.

Numa primeira leitura, esses pequenos extratos da Constituição mostram que entre essas duas práticas houve enorme diferença: a garantia da igualdade de condições permaneceu longínqua referência (quase esquecida) e está longe de constituir o cerne das políticas de educação, enquanto a

---

<sup>4</sup> Cf Fontes, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo – teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/editora da UFRJ, 2010. (1ª e 2ª edições). Disponível in: <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&Tipo=8&Num=147>.

destinação de recursos públicos para entidades privadas, mesmo aquelas empresariais mas sem fins lucrativos, cresceu intensamente nos quase trinta anos que nos separam da Constituição.

Para além dessa diferença, há profunda contradição entre essas práticas, pois destinar recursos públicos a entidades privadas (ainda que supostamente voltadas à ação filantrópica) introduz uma cunha nas intenções sugeridas pela Constituição:

- a **igualdade de condições** – uma vez que a filantropia sempre expressa e pressupõe a reafirmação da desigualdade pelo ‘interesse’ dos bem aquinhoados em minorar o sofrimento dos menos aquinhoados, ela tende exatamente a reafirmar a assimetria das condições e não sua superação, em direção à igualdade; e,
- posto que a **liberdade** supõe igualdade perante a lei, o recebimento de práticas filantrópicas induz à sujeição (a gratidão ao ‘favor’), reintroduzindo a desigualdade como se fosse ‘naturalmente’ constitutiva da vida social.

Mas ainda não se esgotaram as contradições entre elas, pois empregar verbas públicas em entidades não públicas desconsidera se são associações democráticas e populares, ou se são iniciativas empresariais, que tentam tutelar as reivindicações democratizantes. Enquanto as primeiras contam com escassos recursos e lutam exatamente pelo acesso igualitário à educação pública, precisarão enfrentar as tentativas abertas ou discretas de solapar o princípio público, pois as segundas têm recursos com folga (inclusive através de isenções fiscais) e podem pretender definir qual deve ser a educação a ser ‘prestada’ às primeiras, inclusive desqualificando qualquer iniciativa de suas oponentes. Enquanto as primeiras lutam por seus direitos, as segundas jogam em terreno com outras balizas: podem assegurar educação privada para seus filhos, podem vender educação em escolas privadas com apoio governamental e, acessoriamente, podem receber recursos para atuação filantrópica na educação pública. Mais inquietante: podem estabelecer um verdadeiro apartheid na educação: a pública seguiria destinadas aos ‘outros’, aos ‘pobres’, enquanto propõem outros tipos de educação, hierarquizados segundo o custo – e os destinatários – de cada escola.

Como se observa, a própria lei já é contraditória e abre espaços para uma atuação desigualitária. Vale lembrar que a Constituição expressava lutas que germinaram sob a ditadura, que remetem a condições históricas adversas para as organizações populares saindo de uma autocracia empresarial-militar, e portanto deixa entrever a existência de posições de classe contraditórias, correspondendo a projetos de educação contrapostos. Não é difícil supor que o Estado foi ineficiente num caso – na garantia da igualdade e da liberdade - mas no outro foi extremamente eficiente, na destinação de recursos públicos para os setores privados.

Compreender os processos de educação escolar, além de outras formas educativas emanadas direta ou indiretamente do Estado, supõe compreendê-lo como resultante de uma íntima correlação

entre a institucionalidade (sociedade política) e a sociedade civil (entidades associativas de múltiplas facetas, em geral sem fins lucrativos). Sobretudo, exige não esquecer que tratamos de sociedades capitalistas, portanto sociedades de classe. Antonio Gramsci, um dos mais importantes pensadores do Estado contemporâneo, assegura uma sólida básica teórica. A partir dela, é possível analisar a tensa estruturação do Estado, composto por sociedade política (as instituições oficiais, que apenas aparentemente se desvinculam das classes) e sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia, ou entidades associativas variadas, sempre correlacionadas às classes sociais). Ademais, permite que nos aproximemos das divergências existentes tanto no interior das classes dominantes, quanto das dominadas. A compreensão desses processos está permeada de história e, por isso, as análises não se podem se limitar a apontar esquemas fixos, mas precisam observar os processos de luta social e de classes<sup>5</sup>. A partir dessa base gramsciana se desenvolveram algumas das mais importantes pesquisas sobre o papel das classes dominantes na conformação e nas práticas do Estado brasileiro<sup>6</sup>.

### **Alguns elementos sobre o Estado brasileiro**

Dois autores têm o mérito de ter apresentado pesquisas fartamente documentadas sobre o importante e precoce papel de entidades associativas empresariais (sociedade civil empresarial) na configuração e na própria ossatura do Estado brasileiro: René Armand Dreifuss e Sonia Regina de Mendonça.

Sonia Regina de Mendonça enfrentou em suas pesquisas um longo período, ao averiguar esse fenômeno desde finais do século XIX, acompanhar seu objeto por todo o século XX, chegando inclusive ao século XXI. Através de investigações cuidadosas, prolongadas por seu *Grupo de Pesquisa Estado e Poder*, nossa autora dedicou-se a analisar a relação entre as diversas entidades empresariais rurais brasileiras e como definiram diversas instituições públicas, em alguns casos assumindo seu comando, assim como a subsequente definição das políticas públicas nacionais. Como exemplo dessa atuação, registre-se a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no começo do século XX, por iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura-SNA, cujo escopo envolvia grandes proprietários em diversos estados do país, voltados para uma produção diversificada. Mendonça pesquisou também a composição social de diversas entidades do agro brasileiro, traduzidas em interesses distintos durante todo o século XX, o que contrapunha a SNA à Sociedade Rural Brasileira-SRB, esta voltada majoritariamente para as áreas da monocultura

---

<sup>5</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 volumes.

<sup>6</sup> Carlos Nelson Coutinho, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, foi o mais importante tradutor de Gramsci no Brasil, e produziu extensa obra sobre as bases teóricas e políticas do pensamento gramsciano, além de dedicar-se precocemente a pesquisas sobre a relação entre sociedade civil e Estado no Brasil.

do café de São Paulo e Paraná. As divergências entre elas, entretanto, cessavam sempre diante do interesse capitalista e latifundiário que as constituía e unificava, sobretudo quando se tratava de obstaculizar o reconhecimento de direitos à população trabalhadora rural e urbana<sup>7</sup>. Para além de Ministérios próprios, suas ramificações as levaram a definir diretamente diversas instituições públicas, das quais vale a pena – para o caso do nosso tema – ressaltar a criação de Universidades Públicas diretamente correlacionadas a seus interesses e controladas por tais entidades. Definida para atuar como o braço formador da SNA, criou-se em 1910 a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV) do Rio de Janeiro, que começaria a funcionar em 1913. Atualmente converteu-se na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). A SRB formatou a Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ), inaugurada em 1901, em Piracicaba, que atualmente integra a Universidade de São Paulo-USP<sup>8</sup>, mantendo-se ainda hoje muito próxima da SRB.

Vale observar, antes de prosseguir, como ambas as entidades, ainda que conflituosas entre elas, se autodefinem como a expressão dos interesses da produção agrária do país – a primeira se apresenta como ‘nacional’, e a outra como ‘brasileira’, quando agregam apenas punhados de grandes proprietários. Compostas unicamente por burguesias agrárias, eliminavam discursivamente do agro a grande maioria da população trabalhadora do campo brasileiro, forjando políticas voltadas para favorecer seus interesses proprietários e para subordinar a grande massa da população rural.

O segundo pesquisador mencionado, René A. Dreifuss, realizou investigações sobre momentos cruciais do processo histórico e sócio-político do Brasil contemporâneo: o golpe empresarial-militar de 1964 e o processo Constituinte. No livro *1964: a conquista do Estado*<sup>9</sup>, a partir de exaustiva pesquisa documental, o autor radiografou com precisão a preparação para o golpe de Estado no Brasil, no qual entidades empresariais multinacionais e brasileiras se associaram a militares, o que assegurou aos integrantes de tais entidades posições estratégicas no processo de remodelação do Estado realizado no período posterior ao golpe<sup>10</sup>. Na análise daquela circunstância específica – a preparação para um golpe – René Dreifuss distinguiu uma configuração estratégica e tática que articulava as associações empresariais através de um núcleo central composto por empresários e seus ‘intelectuais-ideólogos’, configurado pelo IPES/Ibad, com extensas ramificações. Tais entidades elaboraram uma estrutura interna formal de autoridade, canais

<sup>7</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro*. 1a. ed. São Paulo: Hucitec, 1997. Da mesma autora ver também *Estado e classe dominante agrária no Brasil pós-30*. Curitiba, ed. Prismas, 2016

<sup>8</sup> MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder*. Niterói, Vício de Leitura, 1998.

<sup>9</sup> DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado*. 5ª edição, Petrópolis, Vozes, 1987

<sup>10</sup> Para estudo recentíssimo que enriquece e desdobra a pesquisa pioneira de Dreifuss, ver BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967)*. Tese de Doutorado, História, UFRJ, 2018.

específicos de captação de recursos, internamente organizados através de diversos grupos de ação (Estudo, Conjuntura, Assessoria Parlamentar, Opinião Pública, Publicações, Doutrina). Travaram – nos termos de seus próprios integrantes – diversas *guerras psicológicas* contra o “comunismo”, especificamente através de mídias (radio, televisão, cartuns e filmes). Direcionaram sua atuação em dois sentidos: assegurar-se da unidade de sua própria base empresarial de cunho monopolista e militar, estendê-la (inclusive através de ameaças) ao conjunto do empresariado e, concomitantemente, realizar ações no meio estudantil, mobilizar classes médias e mulheres (através de entidades religiosas que também integravam tal núcleo) e conter camponeses e classes trabalhadoras urbanas. O volume de recursos que dispunham facilitava permanente atuação junto à mídia, com inserções pagas, programas de rádio e TV e edição de livros traduzidos do inglês, assim como favoreciam o acesso ao Congresso e aos militares. A pesquisa segue para além do momento do golpe de Estado, assinalando os cargos públicos ocupados por muitos dos golpistas e a remodelação do Estado que empreenderam, sob a alta proteção militar. Uma vez assentados os seus tutelados no Estado, o IPES deixou de existir, assim como a democracia.

Em pesquisa ulterior – novamente com profusão de fontes documentais, todas elas públicas, em sua maioria publicada em periódicos da grande imprensa - Dreifuss evidenciou um segundo momento de reconstrução acelerada de entidades empresariais. Em *O jogo da Direita*<sup>11</sup>, identifica e mapeia inúmeras associações empresariais criadas no momento do processo constituinte brasileiro, com intensa atuação parlamentar e extra-parlamentar, voltada para enfrentar o crescimento de lutas populares e o fortalecimento de exigências democráticas. O livro apresenta uma gama extensa de entidades associativas empresariais, algumas de caráter diretamente corporativo ou pontual, outras apresentando-se como expressão de inquietações morais e de defesa de valores 'nacionais', em todos os casos nascidas sob e nutridas pelas empresas ou entidades associativas diretamente corporativas, embora sem fins lucrativos. Nenhuma delas atuou apenas em defesa de seus próprios interesses específicos, mas procuraram formatar – e em muitos casos o conseguiram, com o forte apoio da mídia – o próprio desenho do Estado, assim como a imposição de limites às reivindicações democratizantes populares (inclusive sindicais).

### **Democratização e expansão da sociedade civil – lutas sociais e empresariamento**

Como sabemos, a década de 1990 foi a primeira a transcorrer sob o signo da nova Constituição, carregando as marcas das lutas que a configuraram. Ainda que com uma perspectiva dupla, expressando os embates sociais – como apontamos acima, nos aspectos relativos à educação, mas também presentes em inúmeros outros âmbitos, como na saúde, na regulação sindical, etc. – a

---

<sup>11</sup> DREIFUSS, R. Armand. *O jogo da direita*. Petrópolis, Vozes, 1989.



Constituição apontava para algumas possibilidades democratizantes. Nesse novo contexto emergiriam inúmeras iniciativas associativas populares e... empresariais. Dentre estas últimas, de um lado, se constituía algo como uma ‘nova direita’ associativa, com ações voltadas para a organização de setores das classes dominantes e para a definição de pautas centrais, setoriais ou do conjunto da classe, para a atuação parlamentar e governamental. Dentre estas, destacam-se associações financiadas e dirigidas por empresários, tais como os diversos Institutos Liberais disseminados pelo país, o Instituto de Estudos Empresariais (RS), que organiza regularmente o Fórum da Liberdade, a partir do qual seriam divulgados outros grupos, também voltados para a defesa agressiva da extrema direita, como o Estudantes pela Liberdade-EPL, versão brasileira apoiada por entidade similar estadunidense. Do EPL desdobra-se o Movimento Brasil Livre-MBL de atuação agressiva contra a extensão de direitos sociais, considerados ‘populistas’. No século XXI, associações financiadas por grandes empresas, como o Instituto Milenium, seguiriam com integrantes e pautas muito próximas aos grupos criados anteriormente<sup>12</sup>. Vale observar que a presença e atuação de uma grande quantidade de associações empresariais deve ter favorecido a velocidade com que foi realizada uma profunda contra-reforma – de cunho empresarial – no Estado brasileiro, entre 1995 e 1998, sob o comando de Bresser Pereira, ainda no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Naquela reforma, abria-se explicitamente a possibilidade do financiamento público a entidades privadas (com e sem fins lucrativos), através de ‘parcerias público-privadas’.

Essa nova direita, organizada através dessas associações empresariais, também disseminava suas proposições para os setores populares. Analisei esse processo comparando-o a uma *conversão mercantil-filantrópica*: tratava-se de transformar reivindicações igualitárias legítimas, originadas em setores populares, como lutas contra o racismo, sexismo, iniciativas para minorar o sofrimento de setores em extrema pobreza, etc., através de mecanismos mais complexos. Velhas e novas associações empresariais agiam sugerindo que os setores populares fizessem projetos, mediante os quais poderiam fornecer alguns recursos para suas ‘demandas’ (observe-se que o próprio termo de reivindicação desaparecia). O que originalmente parecia apenas filantrópico demonstraria em seguida seu caráter mercantil, pois direcionava as associações populares em direção a uma profissionalização – altamente precarizada, baseada em extenso voluntariado – crescentemente subordinada às definições que emanavam dos financiadores<sup>13</sup>. A prática tipicamente capitalista do controle e da propriedade dos *meios de vida* se deslocava para o controle dos *meios de organização*

---

<sup>12</sup> CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros – *A nova direita no Brasil: Aparelhos de ação político- ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014)*. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

<sup>13</sup> Cf. FONTES, V. O Brasil e o .... op. cit., especialmente pgs. 230-303.



*e de expressão*. Outros autores definiram este processo como a constituição de uma ‘direita para o social’ ou ainda como um filantropocapitalismo<sup>14</sup>.

Estas são algumas das expressões de uma crescente *sociedade civil empresarial*, como denominou Dreifuss (1989), e seguiram se expandindo no século XXI. Essas entidades empresariais sem fins lucrativos atuam em inúmeras áreas, mas tendem a concentrar-se nos setores para os quais há imunidade legal, ou seja, liberação de diversos tipos de tributação, como a educação, a assistência social (diluída numa miríade de atividades filantrópicas) e a saúde. Abrigam-se nelas inúmeras atividades, como proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, a integração ao mercado de trabalho, a defesa e garantia de direitos, habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, abrangendo, em legislações complementares sobre tributos específicos, saúde, fundações privadas e públicas, instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações; serviços sociais autônomos; conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas; fundações de direito privado e fundações públicas; condomínios de proprietários de imóveis residenciais ou comerciais<sup>15</sup>; a lei chega a citar, nomeadamente, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, um dos mais importantes desdobramentos das entidades empresariais do agro brasileiro, antecessora da Abag – Associação Brasileira do Agronegócio<sup>16</sup>.

A essas imunidades e isenções de impostos, acrescentam-se os diversos incentivos fiscais federais, estaduais e municipais, além da lei Rouanet, favorecendo tais entidades e ainda ampliando o escopo de sua atuação, incorporando as áreas da cultura, cinema, artesanato, dentre inúmeras outras<sup>17</sup>.

A dimensão associativa – ou a sociedade civil, expressa em aparelhos privados de hegemonia, da qual fazem parte também partidos, sindicatos, mídia, escolas, clubes, etc.. segundo a conceituação gramsciana – é espaço no qual se exercita a sociabilidade e onde se travam as grandes batalhas pela compreensão do mundo, pela consciência e pelas opções e possibilidades existentes de sua conservação ou transformação.

<sup>14</sup> MARTINS, André. *A Direita para o social – estratégias empresariais para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora-MF, EDUFJF, 2009.

<sup>15</sup> “A Lei nº 12.101/2009 regulamenta a imunidade das entidades beneficentes de assistência social, prevista no artigo 195, § 7º da Constituição Federal. A referida lei estabelece que as entidades beneficentes relacionadas à saúde, educação, ou assistência social farão jus à isenção do pagamento das contribuições previdenciárias e as contribuições a cargo da empresa provenientes do faturamento e do lucro, destinadas à Seguridade Social. Esclareço aqui que a lei equivocadamente utiliza o termo isenção, mas na verdade se trata de imunidade.” In: <https://www.valortributario.com.br/tributacao-de-entidade-sem-fins-lucrativos/>, datado de 28/06/2016, acesso em 22/06/2017.

<sup>16</sup> Medida Provisória 2.158, de 24.08.2001, que regulamenta a isenção da COFINS. Disponível in: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/MPV/2158-35.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2158-35.htm)

<sup>17</sup> *Incentivos fiscais para doações*. In: <http://www.abong.org.br/ongs.php?id=859>, sem data, acesso em 26/06/2017.

A sociedade civil, ainda segundo Gramsci, nem é apartada da vida social (como querem os ideólogos do ‘Terceiro Setor’), nem homogênea e sim palco de intensas lutas de classes<sup>18</sup>. No entanto, a disparidade entre os meios de organização das diferentes classes sociais se evidencia – e se aprofunda – de maneira vertiginosa. Organizações da sociedade civil financiadas por grandes empresas e com acesso a recursos públicos (por isenções ou contratos) se erigem como verdadeiras barreiras às organizações populares. Gramsci considera o Estado restrito moderno (a sociedade política, ou a institucionalidade oficial) como “apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas”<sup>19</sup>. A impressão que temos, na atualidade, é que as conquistas legais e democráticas de massas vêm sendo sistematicamente derrubadas ou atacadas através de tais “trincheiras” avançadas da dominação burguesa e empresarial, que dispõem de enorme volume de recursos e acesso privilegiado às instância de definição jurídica.

Os Censos realizados em parceria pelo IBGE, a ABONG e o GIFE dão conta do crescimento numérico expressivo do associativismo no Brasil pois, entre 2006 e 2010, verificou-se uma expansão da ordem de 8,8% das Fasfil (Fundações e Associações Sem Fins Lucrativos<sup>20</sup>), que passaram de 267,3 mil para 290,7 mil entidades no período. Enquanto em 2005, empregavam 1.709.156 trabalhadores assalariados<sup>21</sup>, em 2010 este número saltou para 2.128.007 assalariados; o Estado de São Paulo reunia, sozinho, 748,7 mil desses trabalhadores<sup>22</sup>. Não há informações sobre o número de trabalhadores voluntários ou bolsistas. Estes levantamentos pouco esclarecem entretanto sobre o teor social dessas entidades, se são originadas em setores populares ou empresariais. Quanto ao Censo realizado pelo GIFE, que regrupa apenas empresas ou entidades empresariais sem fins lucrativos, ele atinge os seus próprios integrantes. Em 1995, o GIFE contava com 25 associados, chegando a 143 em 2012, e reduzindo-se para 125 no ano de 2014<sup>23</sup>.

Ilustrativo registrar, apenas como exemplos, que são associados do GIFE grandes bancos brasileiros e estrangeiros (Bradesco, J. P. Morgan e Bank of America Merrill Lynch, Santander, UBS), além de suas Fundações e Institutos (Fundação Banco do Brasil, Fundação Bradesco, Fundação Itaú social, Instituto Itaú Cultural, Instituto Unibanco, Fundação Tide Setubal). Grandes

<sup>18</sup> Ver FONTES, V. “Gramsci, Estado y Sociedad Civil: Ángeles, Demonios o Lucha de Clases?” In: Vasapollo, Luciano e Monal, Isabel (Orgs). *Con Gramsci en el ALBA de Nuestra America*. La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, 2016, pp. 170-192.

<sup>19</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro, 2000, p. 262.

<sup>20</sup> Fasfil, ou Fundações e Associações sem Fins Lucrativos, é o termo descritivo (‘técnico’) atribuído pelo IBGE. De ponto de vista analítico, são Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) e é dessa forma que são considerados neste artigo. Não obstante, de maneira a evitar repetições, os dois termos serão empregados.

<sup>21</sup> BRASIL. IBGE. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - 2005*. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.

<sup>22</sup> BRASIL. IBGE. *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - 2010*. Rio de Janeiro, IBGE, 2012.

<sup>23</sup> GIFE - Grupo de Institutos Fundações e Empresas - *Censo GIFE de 2014*. São Paulo, GIFE, 2015.

conglomerados brasileiros (Gerdau, TV Globo, etc.) e estrangeiros aí figuram, através de empresas (Microsoft, Monsanto, etc.) e/ou suas FASFIL, das quais algumas brasileiras são Fundação Iochpe, Fundação Lemann, Fundação Odebrecht, Fundação CSN, Fundação Roberto Marinho, Fundação Vale e, dentre os estrangeiros, Fundação Bunge, Fundação Cargill, Fundação Nestlé, Fundação Volkswagen, dentre outros<sup>24</sup>.

Apenas à guisa de comparação, a Fasfil denominada Associação Brasileira de Organizações não Governamentais-ABONG, cujo perfil é majoritariamente não empresarial, conta atualmente com 207 entidades associadas<sup>25</sup>. Filiadas da ABONG, entretanto, realizam parcerias ou contratos com empresas, com Fasfil empresariais ou outras menores, de cunho mais profissional. A própria ABONG teve intensa atuação para permitir a transferência de recursos públicos para o assim chamado ‘Terceiro Setor’, contribuindo para o empresariamento de atividades de educação, saúde, serviço social, produção de conhecimento, etc.

Os dados acima ajudam-nos a ter uma primeira ideia das dimensões do processo no Brasil. Não cabe neste espaço um tratamento mais sistemático de dados quantitativos, e interessa-nos especialmente alguns aspectos:

- a) a enorme dificuldade em estabelecer o acompanhamento de suas iniciativas no âmbito da educação, considerados tanto a dispersão de sua atuação, como o entrecruzamento entre FASFIL e empresas;
- b) a evidente distância entre as formulações educativas da sociedade civil empresarial e as práticas propriamente democráticas (igualdade, liberdade, participação plena na concepção e na execução). O insulamento promovido pela atividade empresarial com relação às reivindicações populares, mesmo quando incorpora alguns de seus termos, transforma o que poderia ser participação em subordinação;
- c) Seria de fato a sociedade civil empresarial, especialmente no que concerne à questão educacional, desinteressada? Que tipos de interesses movem empresas a constituir FASFIL e a agir no interior da educação pública?

#### **a) Uma teia empresarial na educação pública e na gestão dos bens públicos**

A intimidade empresarial com o poder público no Brasil foi aprofundada sob a ditadura, não por acaso empresarial-militar<sup>26</sup> e era exatamente contra tais práticas que enormes movimentos

<sup>24</sup> Ver a lista completa em <https://gife.org.br/associados/>, acesso em 07/04/2018.

<sup>25</sup> In: <http://www.abong.org.br/associadas.php>, acesso 08/04/2018

<sup>26</sup> Ver, a respeito, a exaustivamente documentada pesquisa sobre as relações entre empreiteiras e o Estado brasileiro em CAMPOS, P. H. P. *Estranhas Catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói, Eduff, 2014.

populares (sindicais e outros) ergueram-se durante o processo Constituinte, deixando suas marcas – mesmo se débeis – na nova Constituição. O setor empresarial deixaria também suas marcas – mais fortes – pois aproveitava-se de sua longa intimidade com os poderes públicos. No caso da educação, observe-se como os governos do Estado de São Paulo, antes como depois da Constituinte, conservaram essas práticas e estimulavam o aprofundamento dessa convivência palaciana com o empresariado:

Desde o fim da década de 1980, todos os governos no estado de São Paulo criaram políticas, a partir da Secretaria de Educação, de incentivo às parcerias empresa-escola. Estas políticas estiveram presentes, tanto nos governos que tiveram à frente governadores do PMDB, quanto naqueles que estiveram sob a direção do PSDB. No governo Quéricia/PMDB (1985-1990), foi criado o programa “Adote uma Escola”. O governo Fleury/PMDB (1991-1994) criou o “Programa de Parceria Empresa-Escola Pública”. O governo Covas/PSDB (1995-2002) criou o programa “Escola em parceria”, através da Resolução SE-234/1995, publicada no Diário Oficial do estado de São Paulo, e mantido, até os dias atuais, nos governos Geraldo Alckmin/PSDB (2001-2006/2011-2013) e José Serra (2007-2010), tendo modificado de nome em 2005, quando passou a ser chamado “Empresa Educadora”.<sup>27</sup>

A partir da década de 1990, por iniciativa de governantes e/ou empresários, em separado ou em conjunto, cresceram e multiplicaram-se FASFIL (aparelhos privados de hegemonia) empresariais destinadas a diversas modalidades de educação escolar. Tampouco se pode esquecer a intensa atividade das clássicas Fundações estadunidenses Ford, Rockefeller e Kellogg, com atuação na área educativa e cultural, assim como Fundações de diversas outras multinacionais como Nestlé, Coca-Cola, Santillana, fundações ligadas a empresas de telefonia, dentre outras.

A criação do movimento empresarial *Todos pela Educação-TPE* – realizou uma centralização com teor classista das pelas múltiplas entidades também empresariais atuantes na educação<sup>28</sup>, chegando a definir a própria política educacional para o setor público, em âmbito federal. Embora de fato o TPE realize a centralização apontada por Evangelista e Leher, ela *parece agir mais no sentido de uma pauta política ampla do que de uma unificação das práticas levadas a efeito por essas entidades*, que prosseguem ao mesmo tempo agindo em conjunto, entrelaçando-se e competindo entre si. Assim, para além de estabelecer protocolos comuns de atuação o TPE age sobretudo no que concerne a garantir a política geral e o acesso ao Estado por tais entidades, mas também lança uma espécie de segunda malha de entidades de grande porte por cima de sucessivas malhas de entidades, em muitos casos entrecruzando empresas, indivíduos e aparelhos privados de

<sup>27</sup> LAMOSA, Rodrigo de A. C. Estado, Classe Social e Educação no Brasil: Uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio. Tese de doutoramento em Educação, UFRJ, 2014, p. 161

<sup>28</sup> Vale consultar a arguta leitura de EVANGELISTA e LEHER. “Todos Pela Educação e o episódio Costin no MEC: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira.” In: *Trabalho Necessário*, ano 10, no 15 – 2012

hegemonia (Fasfil, na nomenclatura do IBGE). Cada entidade conta com atividades próprias na área educativa (escolar ou não, pública ou privada), além de relacionar-se com uma infinidade de outras, subcontratando outros APHs ou empresas. Constitui-se uma impressionante teia de entidades empresariais (empresas e Fasfil) quase impossível de identificar por completo. Vejamos as mantenedoras e apoiadoras do Todos pela Educação, expondo apenas algumas de suas imbricações.

Em 2016, eram *mantenedoras* do Todos Pela Educação-TPE<sup>29</sup> uma mescla de empresas e aparelhos privados de hegemonia empresariais. Várias empresas mantenedoras, além do TPE, organizam e/ou participam de diversas outros APHs. Vejamos adiante apenas alguns exemplos, pois esta pesquisa não pretende esgotar todas as relações e desdobramentos. Os mantenedores selecionados do Todos Pela Educação estão em negrito e, na sequência, estão listadas outras associações empresariais sem fins lucrativos das quais participam.

**Dpaschoal** - mantém a Fundação Educar Dpaschoal, criada em 1989; instituiu em 2010 o SER DPaschoal 2010, voltado para Sustentabilidade, Educação e Responsabilidade, além de uma Universidade Dpaschoal;

**Gerdau** – Jorge Gerdau Joahnpeter, um dos principais proprietários da empresa multinacional ligada à família Gerdau Joahnpeter, participou da criação ou do apoio aos seguintes APHs, quase todos com programas educativos e atuações em escolas e universidades públicas:

- a) Comunitas- Núcleo de governança Juntos Pelo Desenvolvimento Sustentável. Núcleo de governança, (figurava em 2017).
- b) Conselho Nacional dos Institutos Liberais (1º presidente, Jorge Gerdau Johanpeter)
- c) Fundação Gerdau - criada em 1963
- d) IEDI – Instituto de Estudos e Desenvolvimento Industrial – criado em 1989
- e) Instituto de Estudos Empresariais (IEE), criado em 1984
- f) Instituto Gerdau – iniciado em 2005
- g) Instituto Liberdade (RS) – criado em 2003
- h) Movimento Brasileiro de Qualidade e Produtividade, transformado em MBC-Movimento Brasil Competitivo em 2001, sob a direção de Jorge Johanpeter Gerdau. Mantém acordos com diversos governos para o aumento da competitividade da gestão pública;

**Suzano Papel e Celulose** – empresa ligada à família Feffer, coliga-se com as seguintes entidades:

- a) Instituto de Estudos Empresariais (IEE), 1984
- b) Fundação Arymax, ligada à família Feffer, com atuação diversificada com alunos de escolas públicas de São Paulo;
- c) INSPER – cujo Centro de Liderança e Inovação foi cofundado pela Fundação Arymarx.

Como se observa, os aparelhos privados de hegemonia empresariais mantenedores do TPE não apenas mantêm redes próprias de Escolas ou de iniciativas educativas, como se coligam com outras empresas e APHs do mesmo porte, além de entidades sem fins lucrativos menores,

<sup>29</sup> In: [http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-esta-conosco/?tid\\_lang=1](http://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/quem-esta-conosco/?tid_lang=1), acesso 05/11/2016

especializadas, ou com empresas menores para a atuação em fins específicos. Vejamos ainda outros mantenedores, na sequência.

A **Fundação Bradesco** mantém há muitos anos uma rede própria de Escolas e de iniciativas educativas, a **Itaú Social** se apresenta como um polo de desenvolvimento educacional; a **Fundação Telefonica** tem uma série de projetos próprios ou com outras parcerias sobre empreendedorismo social, cidadania e Educação, voltada para ‘escolas conectadas’ (provavelmente conexões telefônicas e programas digitais) e inovação educativa, em conjunto com escolas públicas; o **Instituto Unibanco** informa na abertura de seu site (consultado em 07 de abril de 2018) que o “principal projeto do Instituto Unibanco, o Jovem de Futuro (JF) é uma tecnologia educacional criada em 2007, desenvolvida e testada para estimular o aprimoramento contínuo da gestão escolar, com o objetivo de melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes de escolas públicas de Ensino Médio<sup>30</sup>”, o **Instituto Península**, criado em 2010, ligado à família Abílio Diniz, afirma estar direcionado para a educação e o esporte, tendo programas (“marcas”) próprias para tanto.

O **Instituto Natura**, além de programas próprios, realiza parcerias tanto com o TPE, quanto com entidades que integram o TPE, como ainda se associa com outras entidades, tais como **Vetor Brasil**, aparelho privado de hegemonia que pretende potencializar o setor público brasileiro e ‘reduzir as desigualdades’, cuja diretora-executiva, Joice Toyota, é Lemann Fellow, Education Pioneers Fellow, bolsista da Fundação Estudar e Person of the Year fellow da Brazilian-American Chamber of Commerce. A **Fundação Natura** mantém também parceria com o Instituto Lina Galvani, APH empresarial criado em 2003, ligado ao Grupo Galvani, que tem como eixos de atuação o fortalecimento da sociedade civil (para a auto-solução de problemas populares, sem reivindicações ou contestação da desigualdade das políticas públicas direcionadas para as diferentes classes sociais) e da gestão pública, apoiando algumas iniciativas e promovendo capacitações. Para tanto, por seu turno, celebra parcerias com organizações ‘especialistas’. Além dos APHs mencionados, a Fundação Natura promove parceria com uma instituição privada de ensino, Vera Cruz, dentre outras parcerias.

Em 2018, deixou de constar da lista de mantenedores do TPE a empresa Gerdau, apesar de Jorge Gerdau ter sido sócio fundador e dirigente do TPE. Neste mesmo ano, apareciam agora como mantenedoras do TPE a **Fundação Lemann** (que controla a Fundação Estudar, implementou o fundo de investimentos educacionais ‘GERA Venture Capital’, que originou a holding Eleva

---

<sup>30</sup> In: <http://www.institutounibanco.org.br/>, acesso 09/04/2018.

Educação – rede privada de escolas<sup>31</sup>), **Instituto Votorantim** e **Instituto Cyrela**<sup>32</sup>, as quais, por sua vez, mantêm parcerias com outras organizações e empresas. Entre os parceiros do TPE, no mesmo endereço eletrônico constava, em 2018, apenas uma FASFIL, Fundação Santillana, ao lado de algumas empresas: ABC, Moderna, Friends, BID, Patri, Falconi (Consultores de Resultados) e J. Walter Thompson Brasil. Não estava especificado no site dessa entidade a distinção das funções entre mantenedores, parceiros ou apoiadores. Comparando-se com as informações constantes em 2016, observa-se na lista de 2018 a ausência dos seguintes parceiros: DM9DDBB – Rede Globo – Instituto Ayrton Senna – Fundação Victor Civita - Mckinsey & Company - Instituto Paulo Montenegro - Instituto Hsbc – Futura - Livraria Saraiva - Luzio Strategic Group - Itaú Cultural - Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Em diversos programas específicos, porém, algumas dessas últimas empresas ou APHs reaparecem, mas deixaram de figurar no fulcro central do TPE.

Mesmo sem integrar o grupo de mantenedores do TPE, o Instituto Ayrton Senna-IAS cumpre importante papel tanto no interior do TPE quanto em atuação própria, e sua diretora Viviane Senna integra o Conselho dos Fundadores do TPE.

Podemos inferir que pequeno grupo de grandes empresários cada vez mais definem, como no caso do TPE, o que deve ser a educação pública brasileira, estabelecendo metas, formas de avaliação, estímulos ou prêmios, definindo ‘modelos’ ou ‘exemplos, propondo inclusive como deve se estabelecer a atividade docente, assim como as carreiras pedagógicas. Interferem ainda diretamente no funcionamento cotidiano de diversas escolas e redes escolares, através de contratação de trabalhadores próprios para seus aparelhos privados de hegemonia, de subcontratação (‘parcerias’) com outras empresas ou APHs.

Mais ainda, pretendem estabelecer um ‘*modelo de gestão empresarial*’ para o funcionamento da educação pública e do próprio Estado, o que desvirtua qualquer procedimento democrático, que supõe a mais estrita separação entre o que seria de todos – o público – cuja gestão supõe-se estritamente igualitária, e o que é privado, cuja gestão é hierárquica e autocrática (depende do proprietário). O TPE atua como se fosse uma holding proprietária, que formula as grandes estratégias, sugere o que cada afiliada precisa apresentar como ‘retorno do investimento’ e assegura espaços crescentes para o conjunto de tais entidades (com ou sem fins lucrativos) no interior do Estado. Não obstante a pauta comum, cada uma das afiliadas empresariais prossegue desenvolvendo sua própria atividade junto às escolas públicas, competindo por parcelas do financiamento público e agregando outras tantas miríades de entidades sem fins lucrativos, de empresas de gestão e/ou de

---

<sup>31</sup> Oliveira. Maria Teresa Cavalcanti de. A Fundação Lemann e a construção do sujeito neoliberal no Brasil (2002-2006). In: Vieira, Nivia S.; Arguelles, Regis e Lamosa, Rodrigo (Orgs.) - *Todos Pela Educação? uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas*. Rio de Janeiro, em processo de publicação.

<sup>32</sup> In: [https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/mantenedores-e-apoiadores/?tid\\_lang=1](https://www.todospelaeducacao.org.br/quem-somos/mantenedores-e-apoiadores/?tid_lang=1), acesso 08/04/2018



educação subcontratadas. Sem contar que aproveitam-se do conhecimento que adquirem na estreita proximidade com os setores governamentais, para implementar projetos de educação completamente privados, competindo com o setor público que, dizem, pretendem ‘apoiar’.

Outro significativo APH empresarial educativo não participa como mantenedor ou apoiador da TPE, embora figure em parceria com Jorge Gerdau Joahnpeter: a *Comunitas*. Ela nos permite verificar a centralidade do tema da gestão empresarial da coisa pública. Criada em 2001, a entidade empresarial sem fins lucrativos diz, na peculiar linguagem que caracteriza tais aparelhos, ter como “objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país. (...) A organização conta com o apoio de líderes de grandes empresas, engajados nas várias frentes de atuação da Comunitas.”<sup>33</sup>. Em 2012, iniciou uma ‘marca’, um programa denominado *Juntos pelo desenvolvimento sustentável*, resultado de uma

coalizão de líderes empresariais em prol da melhoria da gestão pública no Brasil. Presente em 12 cidades brasileiras, o programa foi criado em 2012 a partir de uma reflexão feita por acionistas e presidentes de empresas nacionais, reunidos no 5º Encontro de Líderes promovido pela Comunitas. O grupo desenvolveu um modelo inovador de qualificação dos investimentos sociais corporativos ao optar pela atuação direta em parcerias com administrações municipais. A iniciativa partiu da premissa de que atuar em conjunto com o poder público, envolvendo e engajando a sociedade civil, faria com que seus investimentos sociais fossem mais sustentáveis e perenes, promovendo impactos realmente transformadores na realidade dos municípios brasileiros. Ao atuar em parceria com a Prefeitura, o Juntos se distancia dos modelos tradicionais de cooperação entre o setor privado e a administração pública e apoia iniciativas que respondem ao modelo de desenvolvimento da cidade, e não a projetos isolados, criando soluções com o setor público e não para o setor público.<sup>34</sup>

O núcleo de governança do Juntos é constituído por empresas, como Cosan; Cyrela; Gerdau – Iguatemi; Itaú; Votorantim; Zhouse; CPFL energia e Mattos Filho Advogados. O único APH mencionado nesse núcleo é o Instituto Península. Compete aos Líderes empresariais definir o programa, as diretrizes e estabelecer o monitoramento, restando aos prefeitos eleitos a ‘governança compartilhada e transparente’:

“O Comitê de Líderes é a principal esfera da governança do Programa [Juntos]. *Composto por líderes empresariais, é responsável por estabelecer diretrizes, determinar o escopo das atividades e monitorar as ações em cada cidade.* A Comunitas promove reuniões mensais com o grupo, nas quais são definidas as ações estratégicas do período seguinte, bem como são avaliados os resultados do programa como um todo. Em cada cidade, *o comitê atua em diálogo com um grupo de líderes empresariais locais. Juntos, o Comitê de Líderes e o Comitê de Líderes Locais formam o Núcleo de Governança, que estabelece um*

<sup>33</sup> In: <http://comunitas.org/quem-somos/>, acesso em 15/04/2017

<sup>34</sup> In: <http://comunitas.org/juntos/estamos-juntos/>, acesso 02/12/2016

compromisso de governança compartilhada e transparente com o prefeito e seus secretários. O núcleo é fundamental para a sustentabilidade das ações em cada uma das cidades que integram a rede. Além disso, *cada município conta com um “padrinho”, um membro do Comitê de Líderes que acompanha de perto as atividades com olhar estratégico, garantindo que os princípios e os valores da governança estejam presentes no dia a dia do Juntos.*”<sup>35</sup>

Como é evidente, para entidades como o *Juntos*, os processos eletivos desempenham papel secundário, frente a uma estrutura pré-definida de gestão empresarial. Esta deve ser contratada diretamente pelo Prefeito eleito, embora não deva ser submetida a crivos democráticos. O apadrinhamento empresarial “estabelece diretrizes, determina o escopo das atividades e monitora as ações em cada cidade”. A chave que unifica as diferentes iniciativas empresariais (com ou sem fins lucrativos) no setor público é a da gestão, procurando apagar qualquer vestígio de processos democráticos de trabalho coletivo, estes sim voltados para a socialização das aquisições da humanidade. Ao contrário, nessa versão das *Fasfil* empresariais, a gestão capitalista (empresarial) se impõe de cima para baixo, como condição hierárquica.

#### **b) Empresários, educação pública e democracia**

A palavra transparência figura frequentemente no discurso empresarial, mas a *opacidade* parece ser a marca mais importante da atuação de APHs na formulação, gestão e na avaliação da educação brasileira e do próprio funcionamento do Estado. A opacidade começa pela leitura complexa dos materiais dessa sociedade civil empresarial, pois sua multiplicação entrecruzada embaralha a compreensão da sua presença efetiva no interior das escolas públicas e dos órgãos governamentais. Ademais esses APHs abusam de expressões originadas nos processos de lutas sociais populares, mas cujos sentidos são alterados, modificados e até invertidos. Criam uma espécie de *novlíngua* – ou dupla linguagem – na qual os termos que se repetem nos documentos relembram reivindicações históricas, mas estão em total discrepância com as formas de atuação defendidas pelos setores democráticos e populares. A multiplicação de entidades e organizações voltadas aparentemente para o mesmo tipo de atividade, como a educação, demonstra a existência de tensões e conflitos competitivos entre elas, mas eles permanecem ocultos sob o interesse

---

<sup>35</sup> In: <http://comunitas.org/juntos/estamos-juntos/>, acesso 02/12/2016. grifos meus, VF

capitalista comum de definir as políticas (retirando-as das lutas sociais), de gerir os governos e o Estado.

Os processos de decisão e de deliberação sobre o caráter das intervenções empresariais não são públicos. Quase todos esses aparelhos privados de hegemonia mantêm sites, mas estes expressam a ‘voz do dono’, e não estão sujeitos a contestação, nem a exigências democráticas de acesso ou de melhor explicitação das informações<sup>36</sup>. Os sites são como *vitrines* de demonstração, que não mostram o avesso dos manequins expostos, muito menos os seus processos de fabricação. Evidentemente, estão submetidos a elogios ou críticas provenientes de redes sociais, que não asseguram caminhos de decisão coletiva, que segue limitada às ‘governanças’ de cada Aparelho privado de hegemonia. Embora alguns sites de FASFIL informem existir a presença de alunos e de pais de alunos em suas estruturas de governança, tampouco estes são escolhidos por critérios públicos, mas selecionados por critérios próprios, assim como as escolhas de investimento resultam de lógicas empresariais e não públicas, abertas e democráticas.

Lastreados em longuíssima prática de acesso direto aos parlamentares e integrando diversas instâncias governamentais, a partir das próprias empresas e de outras Fasfil (como as Associações Setoriais, os Sindicatos Patronais, os Centros Industriais e as Federações Industriais, todas sem fins lucrativos...), o empresariado brasileiro e seus aliados de outros países supõem que podem definir o que seja uma atuação democrática, sem submeter-se a incômodas contestações. Aliás, é dessa forma que apresentam sua atuação, como se tudo já estivesse definido por ‘Fóruns de Líderes’, limitando a política a um mercado de ‘livre contratação’, através dos eleitos, dos programas ofertados por tais entidades. Mesmo se respeitadas as regras legais para convênios e contratações, observa-se o alijamento dos setores populares, a *aceleração das tramitações dos interesses empresariais frente às demais reivindicações populares*, e a forte *repulsa a qualquer contestação*, característica da atuação patronal no Brasil, de cunho autocrático, para além de ser atributo clássico do patronato capitalista.

Ora, uma prática democrática supõe *informação* plena da população sobre processos a serem desencadeados pelos eleitos, o *debate* amplo e documentado sobre as opções em jogo, com plena *expressão do contraditório*, e a participação na *concepção* e na *execução*. A intimidade empresarial

---

<sup>36</sup> Essa opacidade parece caracterizar a atuação de APHs em escala internacional. Desde o ano 2000, a Organização Mundial da Saúde -OMS mantém relação ‘colaborativa’ com organizações múltiplas através de Parcerias ou Iniciativas para a Saúde Global. Mariana Martins, do Movimento pela Saúde dos Povos, assim se manifesta: “Então você vai debater um tema como nutrição e um dos atores vai ser a *Global Alliance for Improved Nutrition*, uma iniciativa que inclui a indústria alimentícia, o Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância], a OMS, o Banco Mundial e outras entidades. *É uma teia, um emaranhado no qual é difícil até mesmo mapear todos os atores envolvidos direta e indiretamente, imagina evitar por completo que obtenham benefícios*”, pontua.” In: *Saúde global, interesses particulares*. Raquel Torres. In: <http://outraspalavras.net/outrasaude/2018/04/07/saude-global-interesses-particulares/>, 07/04/2018, acesso dia 08/04/2018. Grifos nossos, VF.

com parlamentares, com ministros, governadores e prefeitos, além das diversas Secretarias de governo em todos os níveis, que favorece acordos, parcerias e contratações de empresas ou FASFIL com o intuito explícito de *interferir na gestão pública aponta, ao contrário, para a dissolução das práticas democráticas e para o distanciamento da população das decisões sobre as políticas*. Resultam em processos de acaparamento empresarial dos ambientes públicos e se assemelham às doações de campanha, através das quais o mesmo empresariado procura assegurar a eleição de seus pré-selecionados. Estes, por sua vez, por convicção, reciprocidade, ou ‘gratidão’, reafirmam a interferência privada no âmbito do setor público.

Este tipo de procedimento limita ainda mais a democracia unicamente ao momento eleitoral (o voto). Estimula ativamente que as eleições se transformem em ‘balcão de venda de candidatos’, oferecidos pelas entidades empresariais e seus vultosos recursos de propaganda, a serem ‘comprados’ pelos consumidores votantes. Ficam à sombra seus antecedentes fundamentais, como a organização dos partidos, os processos de escolha de candidatos, quem financia e que programas. Ora, a informação, educação e a formação política, a socialização do conhecimento das decisões fundamentais, assim como as diferenças efetivas nas formas subsequentes de governo, segundo o programa político eleito, deveriam integrar necessariamente o processo democrático.

O ativismo empresarial em curso no Brasil procura capturar qualquer sensibilidade igualitária ou democrática, transmutando-a pelo convencimento, pela desqualificação, ou por outras vias autoritárias, em uma decadente meritocracia, e abusam – tentando positivá-lo – de um termo criado por Michael Young e que denunciava a produção de uma sociedade profundamente desigual.<sup>37</sup> Um conhecido pesquisador liberal, Ralf Dahrendorf, comentou, a propósito deste tema:

Hoje, a meritocracia parece ser apenas uma outra versão da desigualdade que caracteriza todas as sociedades. (...) É ainda necessário acrescentar um outro aspecto que Young descreveu: a meritocracia significa apenas que um outro grupo de elite fecha as portas atrás de si logo que tenha alcançado o seu status. Os que o lá chegaram por "mérito" passam a quer[er] ter tudo o resto - não apenas poder e dinheiro, mas também a oportunidade de decidir quem entra e quem fica de fora. Mais tarde ou mais cedo, argumenta Young, as elites meritocráticas deixam de ser abertas; querem apenas garantir que os seus filhos tenham uma sorte melhor do que a do "corpo pioneiro" ou "o corpo doméstico". Tal como todas as elites antes deles, instalam-se o melhor possível e utilizam todos os meios disponíveis para manter as coisas como estão.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Ver o sugestivo artigo de M. Young, *Down with meritocracy*, In: <https://www.theguardian.com/politics/2001/jun/29/comment>, de 29/06/2001. Acesso 18/07/2018.

<sup>38</sup> Dahrendorf, Ralf- *Ascensão e queda da meritocracia*. 02/05/2005 disponível In: <https://www.publico.pt/2005/05/02/jornal/ascensao-e-queda-da-meritocracia-18769>, acesso 18/07/2018.

O termo meritocracia, no Brasil, é exibido pelos grupos dominantes para se auto-outorgarem a definição dos critérios, a seleção daqueles que lhes interessam e sua preparação, exigindo, em contrapartida, absoluta fidelidade. Isso é o contrário da democracia, onde a própria definição do conteúdo dos 'méritos' precisa estar sob permanente escrutínio popular, pois não se trata de características congeladas, muito menos naturais. Mesmo periodicamente redefinido socialmente, o mérito somente teria algum sentido positivo caso *todos* tivessem oportunidades *iguais* para desenvolver suas possibilidades, o que permitiria a expressão de desenvolvimentos *singulares* em áreas *diversas* (pois as crianças são diferentes). Isso foi historicamente realizado, embora de maneira parcial, em alguns países através da generalização da escola pública e laica, capaz de assegurar a complementação nutricional e o apoio escolar (acesso a bibliotecas, a computadores, etc.) compensadores das desigualdades de partida em razão da origem familiar, e aumentando a proximidade e a colaboração entre as crianças (e não a competição). Ao generalizar boas condições para *todas* as crianças, a escola pública pode favorecer, de fato, um salto de qualidade na vida social, favorecendo a democratização em diversos aspectos. A escola entretanto não altera o teor da vida social, e tais conquistas democratizantes foram o resultado de intensas lutas sociais que incidiam sobre extenso conjunto de grandes questões, sobretudo sobre processos distributivos de renda e auto-organização autônoma das classes trabalhadoras.

Em lugar disso, no Brasil se faz o contrário, com apoio empresarial: se disseminam procedimentos voltados para triar alguns poucos (os 'melhores') estudantes de escolas públicas e apoiar exclusivamente esse punhado pequeno de jovens. Isso é similar ao realizado por 'olheiros' nos campinhos e várzeas de futebol do país, que retiram alguns jovens de suas famílias, com a promessa de enriquecer, para formá-los em grandes clubes nas capitais. A maioria desse número reduzido de jovens acabará em times secundários e com vidas difíceis. Um ou outro fará carreira, e será depois revendido a clubes internacionais. Isso é o que faz a instituição empresarial sem fins lucrativos *Primeira Chance*, iniciada em 2011, que garimpa pequeno grupo de estudantes de escolas públicas em Olimpíadas de diversos estados. Segundo matéria do jornal Valor, em 6 anos a iniciativa formou 33 jovens e acompanha 81 bolsistas no ensino médio, isto é, 114 jovens no total. Uma gota d'água no oceano. Orgulhosamente, a matéria apresenta dois casos de sucesso, sendo que um deles fez "estágio de '10 meses no banco Goldman Sachs e atualmente trabalha na consultoria americana Cambridge Family Enterprise Group", e pretende fazer um MBA em Harvard. E explicita os métodos de recrutamento: "o ponto em comum entre esses jovens é o desempenho acadêmico acima da média no ensino fundamental e uma carência financeira (...). A maior parte

deles é descoberta pelos ‘olheiros’, um grupo de funcionários e voluntários da ONG que acompanham Olimpíadas de matemática e física”.<sup>39</sup>

Qualquer mérito desaparece no momento em que a igualdade de condições é solapada. E o desmonte de qualquer igualdade é a base da atividade empresarial. Ademais, a interferência desses aparelhos privados de hegemonia empresariais deixa cuidadosamente de lado todos os debates ‘filosóficos’ ou ‘conceituais’<sup>40</sup>, exatamente os que problematizam as origens das desigualdades sociais que desembocam, por exemplo, no tipo de escola pública predominante no Brasil. Para eles, somente o acesso aos recursos públicos para *gerenciá-los* como consideram ‘eficiente’ é o que interessa. A atuação empresarial no setor público reforça constantemente a desigualdade.

Acenar a algumas crianças pobres que estarão igualmente aptas à concorrência no mercado de trabalho por terem uma escola empresarialmente gerenciada é desconsiderar as condições gerais das classes trabalhadoras no país, as brutais diferenças entre famílias, bairros, cidades, etc., que incidem sobre a escolarização, assim como

O ponto crucial dessa espiral ascendente de aparelhos privados de hegemonia: a empresa e a gestão empresarial são apresentados como modelos para o setor público, em todos os seus aspectos. Esta assertiva é irrealizável, até mesmo para a garantia do capitalismo, pois o Estado precisa conter a guerra fratricida entre os próprios empresários. Mas, repetida inúmeras vezes, a ‘gestão privada eficaz’ envolve a suposição de que há uma qualidade distinta nos empresários: eles seriam melhores, mais eficientes e mais eficazes por seus resultados. Porém, em grande parte suas riquezas derivam de heranças familiares... Qual mérito? Que critérios, a não ser os lucrativos, permitem inferir que empresários estariam mais preparados para definir o que deve ser a educação ou a gestão pública, desde a creche até as instituições de ensino superior? Não há nenhuma igualdade nem em suas práticas, nem em suas pressuposições que, ao contrário, apontam para a naturalização da desigualdade, ao sugerir que os ‘melhores’ (ou seja, os mais ricos proprietários) valeriam mais do

---

<sup>39</sup> KOLKE, Beth – Com bolsa para o ensino médio, jovens escapam de estatística triste. *Valor Econômico*, 13/07/2018, pg. A 10.

<sup>40</sup> Seguem à risca os dogmas do Banco Mundial: “Experiências recentes em vários projetos financiados pelo Banco demonstraram que quando há um diálogo real entre as OSCs, Governo e Banco, *muitos descentendimentos conceituais arraigados dão lugar ao consenso em nível de questões específicas*. A lição parece ser que as OSCs, Governo e Banco têm muito mais chances de chegarem a um engajamento construtivo quando *focalizam sua ação em programas ou projetos específicos* do que quando permanecem imobilizadas ao redor das grandes questões conceituais”. GARRISON, John. Do confronto à colaboração. Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília, Banco Mundial, 2000, p.13. (grifos nossos, VF).

que os demais. Democracia? Ou o seu contrário, o despotismo de fábrica, agora convertido em despotismo genérico empresarial?

### **c) Entidades empresariais sem fins lucrativos: engordativos?**

Pesquisas diretas e minuciosas foram levadas a efeito por Teresa Adrião e Vera Peroni<sup>41</sup> sobre a atuação do Instituto Ayrton Senna-IAS, aparelho privado de hegemonia associado ao TPE e com atuação em escala nacional sobre as escolas públicas. Aprofundando a teia, a pesquisa mostra, em prefeituras dos municípios analisados – que contrataram o IAS – a incorporação de outras entidades e empresas, contratadas pelas prefeituras para a implementação do contrato com a IAS - como uma consultoria mineira (Desafio e Produção, não localizada); a Fundação Luiz Eduardo Magalhães e as empresas Editora Global e AUGÉ Tecnologia e Sistemas Ltda. A pesquisa das autoras é minuciosa e incide sobre dez municípios em diferentes unidades da federação. A maioria dos entrevistados desconhecia os mecanismos do financiamento dos programas propostos pelo IAS mas, em todos os municípios, informaram que o IAS financiava o início do processo e depois o município assumia os gastos (Idem, p. 92).

Na conclusão, desmentem a suposição de que tais aparelhos privados de hegemonia venham para reduzir o custo da educação pública, ou que forneçam recursos empresariais para as atividades que propõem: “infere-se que as despesas decorrentes da parceria do IAS com os municípios vêm sendo financiadas basicamente com recursos do FUNDEF/FUNDEB e do salário educação...” (Idem, p. 96).

Outra pesquisa sobre os contratos entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho também assinalou espantoso crescimento dos gastos municipais a partir das práticas de parceria (que provavelmente envolveram outros APHs e empresas), pois “... os gastos da prefeitura municipal de educação do Rio de Janeiro com instituições privadas na educação, aumentaram em 14.751% - em quatro anos as despesas da prefeitura passaram de R\$ 473 mil para mais de R\$ 70 milhões.”<sup>42</sup>

Há urgência e há muito o que pesquisar sobre o tema, especificamente no aspecto geral do custo que tais ‘parcerias’ vêm trazendo para o setor público. Vale ressaltar que há inúmeras teses de doutorado disponíveis no Banco de Teses Capes sobre o tema, provenientes das mais diversas áreas

<sup>41</sup> Adrião, Theresa e Peroni, Vera - *Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional*. Relatório de Pesquisa. Disponível em: <http://www.redefinanciamento.ufpr.br/ArquivoTextos/AdriaoPeroni.pdf>, Acessos em 12/12/2017 e 30/03/2018. Também publicado em livro, Adrião, Theresa e Peroni, Vera (Orgs.). *Gestão Municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna*. Goiânia: Funape; Recife: Anpae, 2013. As indicações neste artigo remetem ao relatório.

<sup>42</sup> Ramos, F. C. *Projeto Autonomia: O privado e o público nas escolas estaduais do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Educação Profissional. EPSJV/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016, p. 42.



de conhecimento. Apenas para os anos de 2014 a 2016, o Banco indicou a existência de mais de 3 mil teses, dentre as quais inúmeras devem apenas reiterar o próprio discurso empresarial.

A opacidade apresentada acima aqui se multiplica no caso dos custos: é preciso pesquisar quase município a município, uma a uma as unidades da federação, incorporando dados anteriores á contratação de tais ‘parcerias’, garimpando tanto as entidades (empresas e aparelhos privados de hegemonia), como seus vínculos internos. Os dados mais gerais remetem às Parcerias Público-Privadas, que envolvem um sem-número de arranjos entre o setor privado e o público (infraestrutura, como estradas, portos, aeroportos, etc.) e outros.

Ao que tudo indica, ao lado de doações empresariais para a melhoria da educação pública, essas entidades operam substituindo o comando público pela direção realizada pela atuação privada, cristalizada em procedimentos de gestão subsequentes e, sobretudo, na nova dependência criada de fontes extra-oficiais de recursos. Porém recebem vultosos recursos públicos, difíceis de dimensionar (pela variedade das isenções fiscais) para além de contratos com as escolas, prefeituras e Estados, a diversos títulos.

Outro aspecto é a contratação de pessoal especializado através de empresas privadas para a realização de algumas tarefas, não necessariamente revertendo em formas integradas ao próprio processo público. Em alguns casos, os bancos de dados que integraram a experiência e que conservavam históricos e memória dos dados tornaram-se inacessíveis após o término da parceria, por descontinuação do pagamento de taxas mensais ou anuais pelas prefeituras.

Uma grande gama de trabalhadores integra na atualidade tais entidades sem fins lucrativos. Uma parcela de tais Fasil volta-se agora para a formação e a gestão dessas próprias entidades que, embora sem fins lucrativos, não são sem fins “engordativos”, pois asseguram salários competitivos no mercado para seus gestores e parcela de seus dirigentes. O jornal *Valor* comenta a tendência à contratação de gestores para tais entidades (também denominadas “terceiro Setor”) através de headhunters, de ‘caçadores de executivos’ no mercado privado. O jornal menciona que “a adoção de práticas de governança pelas ONGs vem crescendo, principalmente a partir de 2014. ‘De início, elas nos procuraram porque entendiam que precisavam fazer mais com menos e, ao mesmo tempo, se tornar mais competitivas na busca de recursos’, segundo Luiz Henriques”, que vem a ser coordenador de programa de melhoria de gestão para o terceiro setor da Fundação Dom Cabral, ela também iniciativa sem fins lucrativos, embora totalmente voltada para o empresariado e a internacionalização de empresas. A matéria acrescenta:

‘As organizações perceberam que, assim como uma empresa, *não podem dar prejuízo*’, diz Carlos Guilherme Nosé, CEO do Fesa Group. Desde 2012, a Fesa vem auxiliando algumas entidades na captação de executivos no mercado. ‘Ainda é um número baixo, mas é fato que

temos tido mais conversas com ONGs nesses últimos três anos.’ Essas consultorias têm apontado três grandes áreas com potencial de contratações: *marketing, recursos humanos e finanças*.<sup>43</sup>

Tais executivos devem ser capazes de localizar financiadores, de assegurar retornos a tais investimentos, ainda que num setor não lucrativo. Algumas FASFIL já começam a explicitar que investimento social deve ter retorno ampliado, o que sugere uma alteração na composição do próprio capitalismo contemporâneo, no qual parcela de suas atividades é não lucrativa, mas deve reverter para a própria atividade, o que assegura uma rede de conexões crescentes com iniciativas diretamente lucrativas, além de deslocar o pagamento de certos grupos de trabalhadores para setores “não-lucrativos”, ainda que sua atuação possa impactar em lucros para empresas ou outros setores. Em outros termos, há múltiplos processos de terceirização embutidos nesses procedimentos. Falamos dos executivos, mas também a formação de extensa malha de ‘voluntários’ ou de trabalhadores com remunerações escassas, mas ‘gratificados’ emocionalmente pelo tipo de atuação é uma modalidade de formação de força de trabalho, disciplinada para atuação posterior em outras áreas. Com parques diretos.

Cria-se uma extensa formação de trabalhadores da educação, voltados para a atuação em escolas públicas (em diversas modalidades) mas contratados por setores privados, cujas hierarquias não são claras. Alguns, estimulados ao empreendedorismo, buscam nichos para instituir outras iniciativas privadas, apoiadas inicialmente por FASFIL empresariais e/ou empresas, e prospectando recursos públicos para sua continuidade.

Tais nichos empreendedores – em alguns casos, constituídos por docentes sêniores, que contam com suas aposentadorias inclusive do serviço público – podem exercer outras tarefas, condizentes com as formas pelas quais a atual concentração/centralização de capitais vem atuando: através da instauração de start-ups que, caso consigam sucesso, serão financiadas (e eventualmente mesmo incorporadas) pelos setores empresariais.

Mas interesses não se resumem a aspectos econômicos. Também podem significar eliminar a concepção de público, de igualitário e de universal ali onde ela insistentemente germina. Nem sempre a atuação de tais aparelhos privados de hegemonia destina-se a situações locais onde a educação pública estaria com dificuldades. Pode-se supor que aqui também criam-se dificuldades para vender... facilidades caras.

---

<sup>43</sup> Terceiro setor busca mais executivos da iniciativa privada (Valor Econômico) – Luiz de França. pg. B2 - 17,18 e 19 de junho 2017 [papel]. Tb em <http://www.seteco.com.br/terceiro-setor-busca-mais-executivos-da-iniciativa-privada-valor-economico/>, acesso 22/06/2017. Grifos nossos, VF.

Uma educação pública atravessada de tais contradições pode generalizar-se, aprofundando as desigualdades. Mas será democrática? Ou carrega uma forte tendência à plutocracia? Que tipo de Estado está se constituindo?